



## Editorial

Caros leitores,

Temos a grata satisfação de apresentá-los este novo número de Plura, Revista de Estudos de Religião, da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR). Ressaltamos que o grande desafio de um periódico é exatamente manter sua periodicidade. Por isso, desde já agradecemos aos autores que submeteram seus trabalhos e aos pareceristas que, voluntariamente, atuaram com gentileza e disposição. Esperamos continuar com esta promissora parceria a fim de tornar Plura cada vez mais um periódico de referência na área de estudos de religião.

Precisamos ressaltar também a boa qualidade dos artigos que foram aprovados para publicação. Elaborados por pesquisadores que vêm atuando no campo de estudos de religião, essas contribuições demonstram a pluralidade com que o tema pode ser abordado, desde uma perspectiva teórica, lidando com estatutos epistemológicos que nos ajudam a pensar de maneira mais macro a religião, até uma abordagem prática, situada nos rituais pelos quais a religião visível se apresenta.

Começamos pelo artigo de Renato Somberg Pfeffer, uma contribuição que nos ajuda a pensar a religião não como coadjuvante dos processos sociais que volta e meia surgem na mídia ou como propagadora de uma ética fundamentalista e preconceituosa, como apregoa o senso comum, mas como “uma protagonista na construção de um novo paradigma de conhecimento em uma sociedade secularizada”, conforme escreve o autor ainda em seu resumo. O artigo em questão nos ajuda a pensar para além dos rígidos conceitos teóricos e sociais que têm tentado prender e explicar a religião.

A seguir, e ainda na mesma linha de pensamento do artigo anterior, Henrique Marques Lott nos proporciona uma discussão que se vê essencial nos dias de hoje. A partir do estudo que fez da obra do filósofo francês Marcel Gauchet, o autor discute religião e democracia como agentes de mesma grandeza, contrariando o pensamento convencional de que ao se estabelecer um estado laico, excluem-se todas as formas de religião que eivariam as decisões

desse estado. O autor defende que, mesmo com todo um discurso contrário à religião em favor da laicidade, acaba-se por novamente fazer religião. Assim, conforme o autor, “a questão a saber (...) é que tipo de religião estamos vivenciando no âmbito dos diversos retornos do religioso que se manifestam na cena pública das democracias atuais” (p. 26). Nisto, recordamos Paul Tillich que, teorizando acerca da religião, viu que era impossível negá-la sem antes afirmá-la, quer dizer, sem também fazer religião.

Os artigos seguintes nos trazem uma perspectiva histórico-social da religião. A contribuição do professor Breno Martins Campos, acerca da origem e descendência do fundamentalismo protestante, nos faz ver que o darwinismo teve grande importância para o surgimento desse movimento, haja vista exigir dele sistematizações teológicas mais densas e satisfatórias capazes de silenciar as afirmações de Charles Darwin. Em seguida, Fábio Py Murta de Almeida trata de discutir acerca do *shabbat* (o sábado) como gerador de uma demanda social e literária decorrente do exílio neobabilônico dos judeus, ou seja, como a sociedade da época encarou essa inovação em seu calendário, tendo de lidar com uma nova dimensão social acarretada pela religião.

A contribuição seguinte é da professora Maria Betânia Barbosa Albuquerque que versa sobre as plantas psicoativas e seu papel enquanto promovedoras de experiências religiosas, capazes de proporcionar “um conjunto de saberes e códigos que são transmitidos e apreendidos pelos sujeitos, configurando-as como uma situação de comunicação e aprendizagem” (p. 70). A autora defende que, devido a essa capacidade que as plantas psicoativas têm de ensinar, torna-se imperativo um olhar das Ciências da Religião, neste caso, para apreender a substância religiosa existente nos rituais que utilizam essas plantas.

O artigo de Matheus Landau de Carvalho vem analisar como o budismo influenciou uma dinastia indiana de forma cultural, superando inclusive seu contexto histórico, contribuindo ainda para a elaboração de uma literatura que serviu de código normativo para aquela civilização, as *Leis de Manu* (*Mānava-Dharmaśāstra*). Trata-se de um exemplo de como uma tradição religiosa pode influenciar diretamente uma sociedade, além de levantar questões acerca de um conceito ainda não discutido na época, a laicidade. Historicamente, este estudo pode contribuir para as atuais discussões sobre religião e política.

Concluindo esta edição, temos três artigos que trazem contribuições acerca do catolicismo, mas em âmbitos diversos. O primeiro, escrito pelo professor Pedro Ribeiro de Oliveira e José William Barbosa Costa, vem ressaltar a relevância da religião, e esta católica, na sociedade e na política brasileira após a Proclamação da República, buscando estabelecer uma *ordem cristã* em meio à recente separação entre Estado e Igreja.

O segundo, escrito por José Pinto, traz um relato descritivo de um ritual católico que acontece em Prozelos, Portugal. Trata-se de uma procissão com fins de solicitar chuva, rica de significação religiosa popular.

O terceiro artigo, de autoria do pesquisador Ivan Rêgo Aragão, é fruto de uma pesquisa etnográfica realizada em uma festa católica do interior de Sergipe. Neste trabalho, o autor resalta o papel dos ex-votos na devoção dos fiéis que se dirigem àquela festa, permitindo analisar desde a experiência religiosa desses fiéis, muito ressaltada em um imaginário popular, até a contribuição que tais devoções trazem aos estudos históricos desta religiosidade.

A seção de resenhas, como de costume, faz o encerramento deste número.

Assim, desejamos que aproveitem bem a leitura de Plura. Esperamos também vê-los colaborando conosco, submetendo seus trabalhos e enriquecendo nossa revista.

Pela Comissão de Redação,

Ismael de Vasconcelos Ferreira